

Bioeditorial

Bioética e integridade científica

Almudena García Manso*

Giovane Mendieta Izquierdo**

Juan María Cuevas Silva***

Doi: <https://doi.org/10.18359/rlbi.3213>

Cómo citar:

García Manso, A., Mendieta Izquierdo, G. y Cuevas Silva, J. M. (2018). Bioeditorial. Bioética e Integridade científica. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 18(1), 14-17.

Doi: <https://doi.org/10.18359/rlbi.3213>

O surgimento de abordagens éticas, assim como a atual regressão para dogmatismos morais, no campo da pesquisa científica gera-se graças à crise da ética e da moral no ambiente de investigação. Nos últimos anos, o discurso sobre a integridade científica tem sido prolífico, que o vinculou com aspectos éticos do trabalho do pesquisador e está relacionado com práticas (boas ou más) e comportamentos (bons ou ruins) decorrentes dos processos de pesquisa. Se a integridade científica é concebida dessa maneira, isto é, como um elemento que avalia, julga, mede, coagula e punha as más práticas do pesquisador, o conceito está sendo limitado desde sua natureza. Assim, surgem as seguintes questões: por que a integridade científica e não apenas a integridade? Por que dar-lhe um sobrenome quando a integridade é holística em sua essência e princípio?

Nesta redação, será feito um convite para vincular a educação em e para a integridade com sentido bioético. A desculpa será a paradigmática emergência e o estado crítico da integridade científica.

A integridade científica, ligada à bioética, ultrapassa a análise das práticas e condutas do pesquisador. Ao elaborar uma lista de ataques contra a integridade científica, por exemplo: fraude, plágio, falsificação de dados, ausência de consentimento informado, entre outros, está-se formulando uma estratégia de controle e fiscalização do cumprimento de princípios éticos com consciência moral, os quais deve ter internalizados o pesquisador, mais do que um código deontológico, normativo, restritivo e de controle das ações e decisões do pesquisador. Por este motivo, é necessário perguntar: quais os requisitos planteia à integridade científica e bioética a educação universitária com natureza investigativa? As universidades decidiram concentrar suas ações na investigação, da qual dependem o ensino e a extensão, de forma tal que desenvolvem e propõem seus

* Ph.D. em Psicología postdoutora em Directos Humanos e Saúde Pública. Professora da Universidade Rey Juan Carlos, Madrid, Espanha. Correio eletrônico: almudena.manso@urjc.es. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8781-5020>

** Ph.D. em Ciências da Saúde Pública. Professor investigador em bioética e co-editor da *Revista Latinoamericana de Bioética*, da Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá, Colômbia. Correio eletrônico: giovane.mendieta@unimilitar.edu.co. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5085-3242>

*** Ph.D. em processos sociais e políticos da América Latina. Professor investigador e editor da *Revista Latinoamericana de Bioética*, da Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá Colômbia. Correio eletrônico: juan.cuevas@unimilitar.edu.co. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1680-6223>

projetos educacionais e estratégicos a partir do paradigma da pesquisa, como elemento que define a tarefa sócio-epistêmica e sociocultural do cidadão que se forma neste tipo de instituições.

Ao decidir-se promover a pesquisa como um eixo articulatório entre universidade-Estado-sociedade, além do paradigmático modelo universidade-empresa-Estado, é necessário ter claros os princípios de ação que orientem as decisões dos pesquisadores; quer dizer, a integridade científica tem a ver com os princípios e formação ética, estrutura e consciência moral do pesquisador, com suas convicções como subjetividade, pessoa humana, cidadão e sua consciência de pertencer a uma espécie, a um grupo humano, a uma sociedade, a um Estado, a sua inter-relação com seus pares e ambiente biótico e abiótico. A integridade científica não se pode desagregar dos processos sociais e contextos que acompanham aqueles que realizam a pesquisa, bem seja no campo universitário ou desde qualquer outro status social influente e significativo para a humanidade. A crise ética da pesquisa é uma réplica do que ocorre na política, economia, religião, educação como níveis centrais que indicam e mostram como deve-se agir. A crise da integridade científica na pesquisa é amostra evidente do fracasso de projetos educacionais, centrados em perspectivas antropocêntricas, fundamentadas no sistema de mercantilização do conhecimento, modeladas e construídas para responder às necessidades empresariais compostas por “proletários profissionais”; tingido com o surgimento de tecnologias que revolucionam os sistemas de vida relacional entre a humanidade e da humanidade com os outros seres do mundo; conjugada, além disso, com um “nihilismo moral e ético na pesquisa” que tem favorecido a reação de dogmáticos da ética e da moral. Estas são tendências e perspectivas que não tem permitido clarificar sobre o sentido da integridade científica.

Diante desse panorama sombrio da integridade científica na investigação, parecesse que não tivesse luz de esperança no final do túnel. Os projetos educacionais devem ser integrados curricularmente pela transversalidade da ética, moral e integridade (não somente científica), não entendida de maneira de classe com conteúdos filosóficos, mas si como uma ação que deve partir desde o professor, desde o exemplo de transparência em todas as ações diárias, de tal forma que a concepção de integridade seja desencorajada como um elemento que deve promover exclusivamente quando “já o cidadão está para reeducar”, como afirma Makarenko. A concepção de educação na integridade,¹ preocupação atual em universidades e centros que têm como objetivo sócio-epistêmico a investigação, deve permear-se em todos os níveis de educação, de modo a não perpetuar a “nostalgia da moralidade deontológica não interiorizada” que confundimos com a ética, além de matizá-lo com aspectos legais coercivos.

A educação na integridade requer a resignificação do senso de educar, contextualização do papel do educador no meio do avatar do desenvolvimento tecnológico, cultura de infância e juventude atual; pertinência dos processos de educação universitária e espírito de investigação dentro de uma sociedade e cultura específica; consciência do educador (professor, docente e pesquisador) de seu papel como agente que transforma as mentes, transmite estilos de vida,

1 Totalmente distinta e diferente à educação integral, projeto educacional que falhou no caso colombiano. Como evidência, temos a corrupção estrutural nos líderes políticos, religiosos, educacionais, econômicos ...

comunica formas de construir mundos possíveis e impossíveis, e possuidor da arma mais forte para transformar, por meio da ciência, os sistemas da vida: a ciência, o saber e o conhecimento.

Faz-se, então, um apelo às universidades para que aquilo que tem mostrado nas práticas de pesquisa de professores e cientistas não o convertam em um problema de comitês de ética ou de sanções que não resolvam o problema subjacente ou em um eixo documentário inofensivo (onde o papel aguenta tudo). Se a integridade está em crise, afirma-se de novo, é porque as estruturas e processos econômicos e sociais marcam para lá, porque as práticas dos líderes sociais, epistêmicos, científicos, políticos, econômicos caracterizam-se por ter de tudo menos integridade; na verdade tem individualidade que atinge a corrupção. A universidade deve assumir um papel crítico e proativo, não deontológico, e iniciar (alguns já o fizeram) um processo de articulação entre os processos sociais, culturais, políticos, econômicos e de produção com o conhecimento, ciência e pesquisa, levando em conta o contexto que o rodeia.

Agora então, a própria palavra *integridade* em si mesma chama à unidade, à inquebrantabilidade e indivisibilidade entre o homem e o planeta em geral; quer dizer, o contexto, a ciência, a natureza, o meio ambiente, a ecologia, a pobreza, a migração, o tráfico de mulheres, as perspectivas de gênero emergentes, a corrupção estrutural, as invenções morais e éticas, como por exemplo, a *pós-verdade*, a extinção de espécies animais, vegetais e minerais (bióticas e abióticas), artificialização da vida (não só humana), aquecimento global, fenômenos naturais que reivindicam seu espaço no mundo (chamado pelo homem “desastres naturais”, quando são desastres causados pelo processo de desnaturação em que se encontram o mesmo homem, inconsciente da sua unidade com o mundo). Em suma, aparece novamente esse fatalismo, parafraseando Fukuyama, “um fim da história e o último homem”, como paradigmas atuais de vida. Bem, é a bioética a que, dentro do projeto de educação em e para a integridade (não só científica), fornece elementos-chave para responder aos desafios e demandas de uma humanidade que tem perdido sua integridade com a natureza e até mesmo com ela mesma.

A bioética é uma disciplina, saber ou conhecimento que surgiu pelos dilemas clínicos e médicos causados, por exemplo, aos avanços científicos na área da saúde. Mas, já no século XXI, pensar em colocar, propor ou desenvolver projetos bioéticos limitados apenas ao clínico ou médico, à decisão médica que ocorre dentro das instituições hospitalares ou clínicas, é ignorar que essas situações também têm origem nos problemas sociais, políticos, econômicos, meio-ambientais e ecológicos, entre outros, que exigem à bioética “desterritorializar-se” dos meros casos médicos. Ou seja, a tarefa da bioética nutre-se por elementos que, como indicado pela sua essência, são transdisciplinares e interdisciplinares, não só com as ciências médicas, mas devem articular a realidade e os contextos com processos de pesquisa que permitem melhorar os sistemas de vida (bióticos, abióticos, antropológicos). Assim, ao vincular a educação em e para a integridade com a bioética, nada de novo está sendo feito, é simplesmente um chamado à resignificação e resgate do sentido da vida, das implicações e a importância que tem os princípios éticos, bioéticos e de integridade nos processos sociais, que atualmente a crise de e com a “integridade científica” se tornam terra fértil bioética. Nas palavras de Susana Vidal (2010):

Esta Bioética “ponte” será chamada de uma Bioética Social transformadora, capaz de vincular paradigmas críticos, contribuindo para a construção de uma transdisciplina entre áreas de conhecimento que convergem em um modelo de “desenvolvimento humano” e, da mesma forma, contribui para a construção de um novo discurso de bioética.

Seria interessante que as intencionalidades de Colciencias² (Colômbia) e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conacyt) (Koespell e Ruiz Chávez, 2015) (México), entidades estatais responsáveis pela promoção, desenvolvimento, monitoramento, controle e apoio aos processos de pesquisa científica, conseguiram ligar a bioética com a integridade da pesquisa científica, levando em conta à bioética, não como a deontologia resultante de discussões, mas como uma ponte que une as realidades dos contextos com as demandas da prática científica, desde a pesquisa e seu impacto nos sistemas de vida. Em certos círculos acadêmicos, a bioética é considerada um discurso ético com uma alta essência filosófica, mas é hora de perceber que isso foi transformado pelas mesmas dinâmicas emergente nos processos sociotecnológicos, econômico-culturais e teleológico-vitais da sociedade e da natureza atual. A ponte entre a bioética e a educação em e para a integridade, antes de ser construída entre a pesquisa e a prática do pesquisador, deve ser promovida entre o ser humano, sua cidadania e a prática da cidadania, a singularidade do ser humano com os processos vitais ecológicos e naturais. Se quer-se-á ter um efeito real das políticas de ética, bioética e integridade científica, estas devem “integrar-se e articular-se” com todos os processos de educação, em todos os estados socioculturais. É impossível alcançar a integridade científica do pesquisador, se não houver uma integridade ética e bioética do pesquisador como pessoa humana, subjetividade, indivíduo, cidadão, aspectos fundamentais que permeiam sua prática.

A ponte entre a bioética e a integridade científica é urgente, mas para construí-la, são necessárias bases de educação fundamentais e não apenas políticas, propostas e discursos que tentam responder a demandas urgentes e conjunturais, que fragmentam e abrem cada vez mais a lacuna entre o discurso ético e ação investigativa, realidade social e pesquisa científica, pesquisador científico e consciência cidadã, processos sociais e universidade.

A ética, a Bioética e a integridade científica, mais do que uma política pública de controle, devem ser uma convicção do ser humano como cidadão investigador, uma resposta social da instituição que promove e patrocina um compromisso com a ciência e o conhecimento para a sustentabilidade humana e planetária.

Referencia

Koespell, D. R. y Ruíz Chávez, M. H. (2015). Ética de la *investigación*. *Integridad Científica*. México, D. F.: Comisión Nacional de Bioética [Conbioética], Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología [Conacyt].

2 Política de ética, bioética e integridade científica. Data de aprovação de maio de 2017, Bogotá. Disponível em: www.colciencias.gov.co/sites/default/files/upload/noticias/politica-etica.pdf